



PRIMÓRDIOS DA ORGANIZAÇÃO MILITAR BRASILEIRA

Davis Ribeiro de Sena

Trabalho em que o autor, pesquisador histórico militar conceituado, procura sintetizar, no curto espaço de um artigo, a origem da organização militar brasileira, desde quando a primeira tropa regular portuguesa aportou na Bahia, em 1549, com Tomé de Souza, para expulsar os franceses do Rio de Janeiro, até o decreto de 1º de dezembro de 1824, em que foi lavrada a certidão de nascimento do Exército Brasileiro e em que foram selados os fundamentos jurídicos indispensáveis à sua existência, como instituição nacional e permanente.

A GÊNESE

Segundo J. Washt Rodrigues, a primeira tropa regular (600 voluntários) aportou na Bahia, em 1549, juntamente com o Governador-General Tomé de Souza, e foi empregada, sob o comando dos Sás, na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Apenas no século XVII foram formadas tropas recrutadas no próprio território da América Portuguesa, surgindo, assim, os Terços-de-brancos, pretos e índios, organizados separadamente.

O Terço era a unidade tática básica de Infantaria que sucedera à haste medieval, sucessora

da legião romana, como essa sucedera à falange greco-romana. Possuía dez companhias de cem homens cada uma, comandadas por capitães, sendo chefiado por um Mestre-de-Campo, auxiliado por um Sargento-Mor e por um Ajudante. Além dos Terços, existiam as Ordenanças, tropas de Cavalaria. (Todos os oficiais, inclusive os subalternos, portavam bastões de Comando.)

Na verdade, o despertar da nacionalidade brasileira tivera o seu fato gerador através dos indelévels episódios vividos pelos autóctones, índios mamelucos, negros, mazombos e ilhéus rebelados, por ocasião da Insur-

reição Pernambucana (1645-1654). Ali, nos Guararapes, surgiu o sentimento nativista, conduzindo a população a dar ao território habitado um valor mais elevado do que o da simples propriedade, porquanto robustecido pelo amor à terra natal e a noção do solo inviolável, enfim, a consciência de Pátria. Senão vejamos: O Tratado Portugal-Holanda, de 12 de junho de 1641, suspendia as hostilidades entre os dois países pelo prazo de 10 anos e o seu Artigo 21 reconhecia, ao governo holandês, "o domínio adquirido pela conquista". Isto significava a entrega definitiva da principal área produtiva da Colônia aos invasores estrangeiros. D. João VI pretendia, com essa atitude — incompreensível no entender dos brasileiros — sua permuta pela ajuda dos batavos, em uma aliança contra a Espanha, visando a consolidar a Restauração (1640).

O destemor, a fibra e a alma do nativo foram o alicerce da resistência armada espontânea e heróica contra esse conchavo da alta cúpula lusa, verdadeira traição, o que obrigou o Monarca português, mais tarde, a apoiar o movimento rebelde com forças militares, temeroso de perder o controle da situação. A epopéia dos Guararapes é a gênese do Exército Brasileiro.

Em 1629, quando Matias de Albuquerque chegou ao Recife, encontrou, para defender a capitania ameaçada pelos holandeses, somente 130 homens. Fo-

ram organizadas, então, as célebres "Companhias de Assalto", de atuação decisiva nas exitosas ações de guerrilhas desencadeadas contra o invasor, operações em que se destacaram chefes como Henrique Dias, Cristóvão Lins de Vasconcelos, Antônio Felipe Camarão, Martim Soares Moreno, André Vidal de Negreiro, Jerônimo Serrão de Paiva, João Fernandes Vieira, Nicolau Aranha Pacheco e Antônio Dias Cardoso — este último, oficial de carreira (Sargento-Mor) — que guiaram os insurgentes durante a gloriosa jornada desenvolvida em todo o Nordeste, ultrapassando epidemias, fome, incipiente organização, acentuada carência em armamento, víveres e munição, derrotas em combates frontais, mas animados pela fé irredutível na causa justa. Os patriotas — com a participação ostensiva do elemento feminino — armavam emboscadas, ofereciam pequenos combates e destruíam instalações logísticas, aquartelamento e embarcações, limitando o raio de ação da tropa inimiga ao perímetro urbano das vilas e povoados e à Ilha de Itamaracá.

Do levante de Ipojuca, (17 Jun 1645), primeiro ato de frontal hostilidade à dominação estrangeira, aos gloriosos combates dos Montes Guararapes (19 Abr 648 e 14 Fev 649), os brasileiros, por vontade soberana, reconquistaram o seu território, ao arrepio da reprovação e, mesmo, da repressão física empregada pela Metrópole. Por

força dos reveses de sua esquadra, no Mar da Mancha, ocorridos na guerra contra a Inglaterra (1652/53), a Holanda viu-se reduzida à impotência, visto que incapaz de esboçar qualquer reação ao fato consumado. Por outro lado, o pequeno e intrépido país dos flamengos iniciava a colonização da África do Sul (1652), bem mais atrativa, haja vista a existência, em seu subsolo, de riquíssimas jazidas de ouro e de outros valiosos minerais, cuja exploração materializava a doutrina mercantilista predominante na época: a riqueza era traduzida pelo entesouramento de metais e pedras preciosas.

Entretanto, a capitulação holandesa, obtida pelos patriotas, na noite de 26 Jan 654, na Campina do Taborda, desaguou na paz final acordada em Haia (1661), em virtude da qual assentiu Portugal em pagar uma indenização de 4 milhões de cruzados em 16 anos (250.000 por ano), bem como em restituir toda a artilharia inimiga capturada, em permitir o comércio, utilizando navios holandeses, entre o Brasil e Portugal, além de outros benefícios concedidos. À Colônia coube o pagamento da quase totalidade desta "dívida", através de impostos especiais fixados por Lisboa.

A seguir, o autor tem a satisfação de mostrar, aos seus conscientes leitores, o teor do documento que forçou Portugal a auxiliar os nativos na saga da expulsão dos holandeses de

Pernambuco. Vazado no delicioso jargão seiscentista, é emocionante interpretar, nas entrelinhas, a sua mensagem firme e resoluta, reveladora de um verdadeiro ultimato contra as atitudes do Rei de Portugal. Pela primeira vez, as conveniências portuguesas eram antagônicas aos objetivos permanentes da Nação brasileira, que combatia para adquirir sua própria identidade:

"Arraial do Bom Jesus

1º de janeiro de 1646

Com toda submissão, prostrados aos pés de Vossa Majestade, tornamos a pedir socorro e remédio, com tal brevidade, que não nos obrigue à desesperação, pelo que toca ao culto divino, a buscar em outro Príncipe Católico o que de Vossa Majestade esperamos.

Henrique Dias

Felipe Camarão

João Fernandes Vieira"

A época é longínqua. Estamos no segundo quartel do século XVII. Era plantada a semente do Exército Brasileiro, que tem fincadas nos Guararapes as suas raízes.

Por todo o século XVII, apenas em Pernambuco, existia uma organização verdadeiramente castrense — isto é, tropa regularmente paga e fardada — de conotação nitidamente brasileira, em consêquência da terrível luta desenvolvida naquela

região. No início do século XVIII, alguns Terços, já denominados Regimentos, foram transferidos para Minas Gerais – para onde se deslocara o pólo de desenvolvimento da Colônia, em face da exploração aurífera – e, por fim, fizeram as várias campanhas da Colônia do Sacramento, no Rio da Prata, até o século seguinte.

O CONTEXTO

A administração inicial portuguesa, na Colônia, foi constituída de personalidades que acompanharam D. João, a saber:

- Negócios do Reino: D. Fernando José de Portugal e Castro (Marquês de Aguiar).
- Negócios da Marinha e Ultramar: D. João Rodrigues de Sá e Menezes (Conde de Anadia).
- Negócios Estrangeiros e da Guerra: D. Rodrigo Souza Coutinho (Conde de Linhares).¹

O Conde de Linhares exerceu suas funções cumulativas – direção da política externa e dos destinos da força terrestre – com descortino e probidade, até 1812, quando faleceu. A ele é creditada a criação da Academia Real Militar (dedicada, inicialmente, ao ensino das ciências naturais, físicas e matemáticas, bem como de engenharia militar, isto é, técnica da construção

de presídios e fortalezas), da Fábrica Real de Pólvora e da Imprensa Régia; a organização do Supremo Conselho Militar, do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (hoje, "Dragões da Independência") e da Guarda Real de Pólvora do Rio de Janeiro; a construção do Quartel-General do Exército, na Praça da República (RJ), além de outros significativos empreendimentos. Preponderava, no Governo, o esforço castrense, pois o Príncipe Regente, D. João, declarou guerra à França (1808) e enviara forças expedicionárias à Guiana Francesa – soldados nordestinos e marujos ingleses – enquanto intervinha, ao Sul, na Banda Oriental (1811).

O Gabinete trazido da Europa era, antes de mais nada, português e funcionava em sua principal colônia por conveniência exclusivamente portuguesa e a sua intenção, evidentemente, era retornar ao seu país, logo quando a primeira oportunidade se apresentasse, a fim de restabelecer o Estado independente, no mesmo espaço físico ocupado pela Nação portuguesa. Configurava o governo de Portugal no exílio e defendia, unicamente, os interesses da Pátria lusitana, aliás, como não poderia deixar de ser. Considerá-lo brasileiro é admitir que a Nação brasileira emergente não possuía identidade individual e, sim, era caudatária do imperialismo de Portugal, quando, ao contrário, o objetivo nacional inarredável dos brasileiros, na

época, era cortar de vez o liame que os unia à Metrópole, expulsando os colonizadores do seu solo.

O exército colonial português — que contava em suas fileiras, inclusive, com forças mercenárias — estava fortemente organizado em, pelo menos, 3 áreas: na Província Cisplatina, onde o General Carlos Frederico Lecor comandava as tropas de ocupação; na Bahia, com o General Luiz Inácio Madeira de Melo; e, na Corte, guarnecida pelos Voluntários Reais do General Jorge de Avilez. Nessas três províncias — além de combates localizados por todo o território nacional, particularmente, no Maranhão e no Pará — a revolução da Independência encontrou significativa resistência por parte dos portugueses, que não pretendiam abdicar das suas prerrogativas de colonizadores. A guerra prolongou-se até 1825, ocasião em que cessaram os combates, após a retirada completa dos remanescentes lusos.

O pequenino, altivo e hábil Reino de Portugal — respaldado pela poderosa Inglaterra — lutava denodadamente pela própria sobrevivência como Estado soberano, embora o seu território nacional estivesse dominado por Napoleão Bonaparte.

Ao impor o "Bloqueio Continental", a França não só exigia que Portugal fechasse seus portos aos navios da Inglaterra, como, também, confiscasse os bens e determinasse a prisão

dos súditos ingleses, residentes no país. Era impossível, ao pequenino Reino, submeter-se à determinação de Napoleão I (embora concordasse com a primeira exigência, haja vista que a Inglaterra se interessava menos pelos portos portugueses do que os de suas colônias, onde se encontravam as matérias-primas e o mercado para os seus produtos) porque o seu cumprimento redundaria em rigorosas represálias por parte de Jorge III. Essa retaliação poderia representar a perda da exploração de seus domínios — particularmente das riquezas do Brasil — pois, a poderosa armada britânica controlava, incontestavelmente, os oceanos do mundo e poderia apossar-se, com facilidade, de qualquer uma de suas terras ultramarinas que, em última análise, eram uma concessão de Sua Majestade Britânica. Permanecer aliado à Inglaterra era vital para Portugal, enquanto que, render-se às condições francesas seria sucumbir como Estado colonizador.

Como integrante da área de influência da libra esterlina, Portugal limitava-se ao papel de mero entreposto comercial — e lucrava com esta posição — entre as suas colônias e a maior potência mundial da época e verdadeira Metrópole: a Inglaterra. Ao exercer com notável habilidade a função de potência intermediária, o astuto reino ibérico conseguiu assegurar — através dos séculos e sem maiores problemas — a sua vasta colônia

americana, além das africanas, e atingiu o máximo de competência diplomática ao manter o domínio político nominal sobre as asiáticas: Goa, Damão, e Diu, embutidas no subcontinente indiano, e Macau, vizinha a Hong Kong, na China, desde 1557.

A Espanha, mais poderosa, optou pela permanente rota de colisão com a "loura Albion" o que lhe valeu repetidos insucessos militares, findando a ter que se bater com os Estados Unidos da América (àquela altura, independentes e aliados da Inglaterra) ávidos por conquistar espaço no patamar mais elevado em que se situam as nações mais importantes do mundo. A derrota frente àquela potência emergente, em 1898, marcou a decadência definitiva da Espanha como nação colonizadora e a ascensão dos Estados Unidos, nova potência mundial, que ampliava significativamente o seu território nacional e estendia a sua influência político-econômica principalmente sobre as Filipinas, o Caribe e a América Central.

No Brasil, respirava-se a Independência. Sob o prisma econômico, a Colônia superava a Metrópole — reduzida a mero entreposto comercial — e a sua população atingia o total de 3.500.000 habitantes, sendo 1.500.000 livres (inclusive pardos e pretos alforriados) e 2.000.000 escravos (avaliação consitária de 1820).² A nobreza e o clero, principais beneficiá-

rios da continuação da Monarquia, simultaneamente com a anunciação da Independência, sem grandes mudanças sociais e reduzida resistência militar, atingiram, totalmente, o objetivo colimado, pois a República, ideologicamente, era incompatível com o sistema escravocrata. Seja como for, a escolha do regime absolutista foi o principal fator da união territorial no Brasil, em razão de propiciar a obediência das províncias nordestinas vacilantes — fiéis ao herdeiro da Coroa portuguesa — além de contar com o beneplácito da Inglaterra e de ir ao encontro da mentalidade da sociedade brasileira, na época.

O Brasil independente continuou vinculado à área de domínio da libra inglesa (o que o protegeu do influxo norte-americano), até a deflagração da recente Segunda Grande Guerra, que assinalou o declínio do Império Britânico e a consolidação da grande nação norte-americana como superpotência mundial. Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer o Brasil como Estado autônomo, oficialmente.

A Independência não foi concedida ao Brasil como uma dádiva do governo português, mesmo porque nas relações entre a Metrópole e sua Colônia americana não existia qualquer prodigalidade ou liberalidade, por parte dos reinóis. A administração lusa visava essencialmente a explorar as riquezas da terra e o trabalho dos nativos,

obtendo o máximo de lucro no mais curto prazo, e com o mínimo de custo, isto é, como agem todos os colonizadores, em todas as partes do mundo, em todos os tempos.

Apesar da constatação dessa realidade, o vasto legado deixado por Portugal, principalmente a rica herança cultural e o imenso espaço territorial, firmou entre as duas nações – ao longo do processo histórico e por intermédio de um relacionamento franco, permanente e leal – laços indissolúveis de sincera amizade.

OS PRIMEIROS PASSOS

A revolução constitucionalista que eclodiu no Porto, em agosto de 1820, se representou a restauração de Portugal como Estado soberano – ao libertá-lo da intervenção inglesa e forçar o retorno do Monarca, institucionalizando o país – para os brasileiros teve conotação nitidamente recolonizadora. Os seus desígnios eram a reversão do Brasil à condição colonial, consubstanciada na pretendida desvinculação das províncias ao Rio de Janeiro, subordinando-as diretamente a Lisboa, na ordem de recolhimento, a Portugal, do Príncipe D. Pedro – cuja autoridade, na prática, ficaria reduzida à de simples governador do Rio de Janeiro e de mais duas províncias do Sul – e na extinção dos tribunais de justiça, instalados na capital da Colônia.

O regresso de D. João VI gerou, no Brasil, crônica crise política, representada pela queda sucessiva de vários Gabinetes, a conflagração de motins populares que se alastravam a todo o território – Pernambuco expulsou os portugueses, pelas armas, um ano antes da Independência – e a rebelião ostensiva de alguns deputados brasileiros às câmaras lisboetas (que embarcaram para a Inglaterra e ali se refugiaram) entre eles, o padre Diogo Antônio Feijó.

A ausência do Príncipe Regente de Portugal – sua mãe, a Rainha D. Maria I, sofria das faculdades mentais – e o seu refúgio na então possessão americana,³ por 13 anos, precipitaram os acontecimentos históricos, mas teve a peculiaridade de amainar o fervor republicano e de arrefecer a flama dos brasileiros pela emancipação, então exaltados com as ocorrências em ebulição na vizinha América espanhola, que se fragmentava em várias repúblicas. Algumas delas procuravam uma cabeça coroada europeia a quem entregar o poder, o que exacerbou a ambição de D. Carlota Joaquina – esposa de D. João e irmã de D. Fernando VII, da Espanha – que sonhava em ser a rainha de um utópico Império Sul-Americano, no Prata. Os sucessos verificados por ocasião da assembléia de 20 Abr 821, no Rio de Janeiro, forçaram o governante luso a declarar seu herdeiro D. Pedro, o Príncipe-Regente do Brasil, e a

DECRETO.

regressar imediatamente, já Rei de Portugal (por morte da Rainha), restabelecendo a normalidade institucional em sua terra ao eliminar o principal fator da instabilidade política: a ausência física do Rei, símbolo do regime e personificação do Estado Monárquico, substituído afrontosamente pelo governo do inglês Marechal Beresford.

O primeiro Conselho de Ministros, organizado por D. Pedro, e que tinha em José Bonifácio sua figura predominante, isto é, o primeiro ministério totalmente descompromissado com Portugal e que cortou o cordão umbilical que ligava a colônia americana à antiga Metrópole, estava assim constituído:

- Reino e Estrangeiros: José Bonifácio de Andrada e Silva;
- Justiça: Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Marquês da Praia Grande);
- Fazenda: Caetano Pinto de Miranda Montenegro e, depois, Martim Francisco Ribeiro de Andrada;
- Marinha: Almirante Manoel Antônio Farinha (Conde de Souzel) e, depois, Luiz da Cunha Moreira (Visconde de Cabo Frio);
- Guerra: Marechal-de-Campo Joaquim de Oliveira Álvares, depois, o Brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Couti-

nho e, finalmente, o Coronel João Vieira de Carvalho (futuro Marechal-de-Campo e Marquês de Lages).

Paralelamente, vinha a público o decreto que estabelecia que nenhuma lei promulgada pelas Cortes de Lisboa seria cumprida, no Brasil, antes do "Cumpra-se" do Príncipe-Regente e, ainda, foi convocada uma Assembléia Constituinte, conclamava-se as províncias à união nacional e eram nomeados representantes brasileiros autônomos em Londres, Paris e Berlim, enquanto notificava-se às demais potências européias a respeito da real situação política vigente.

O Brasil tinha a sua soberania reconhecida, de fato, pelos principais Estados do globo e passara a existir em 9 de Jan 822. Logo após a Independência, o novel país "indenizou" Lisboa com 2.000.000 de libras esterlinas e pagou também a Londres pelo seu indispensável reconhecimento diplomático, visando, com essa atitude, a neutralizar a intervenção das potências européias signatárias do extemporâneo Tratado de Viena (1815), implacáveis na tentativa de manutenção do sistema colonialista mundial.

Por sua vez, o "Fico" foi a concretização dos esforços e manobras da elite dirigente e a maioria dos nossos historiadores considera-o o marco inicial do Primeiro Reinado.

Para que se tenha uma idéia da importância do dia do "Fico", basta verificar que, por ocasião da independência legal do Brasil (7 Set 822), o Conselho de Ministros, não foi sequer alterado. Empossado em 16 Jan 822, permaneceu até 17 Jul 823, traduzindo, assim, a normalidade administrativa, durante todo o período, em que pesem os confrontos armados com os portugueses e as eventuais substituições de alguns de seus membros.

O 9 de Janeiro equivale a uma declaração de Independência, entretanto, ao 7 de Setembro cabe as honras do gesto eloqüente, da exteriorização franca, do brado simbólico - indispensáveis à consagração popular - proclamando a separação irreversível e arrematando os êxitos anteriormente conquistados.⁴

O Marechal-de-Campo Joaquim de Oliveira Álvares, integrando o Gabinete nomeado logo após o dia memorável do "Fico" (9 Jan 822), constituiu-se, na realidade, no primeiro Ministro do Exército do Estado que, de fato, nascia naquela data, como vimos.

Ilhéu, porquanto natural da Ilha da Madeira, onde nascera em 19 Nov 766, destacou-se nas campanhas militares em torno da Província Cisplatina e foi promovido, ao posto de Brigadeiro, por atos de bravura nos combates de Corumbé e Catalão. Fiel partidário da Independência do Brasil, agiu com fir-

meza e rapidez por ocasião do episódio da submissão da Divisão Auxiliadora portuguesa que, ao ocupar o Morro do Castelo, na Cidade do Rio de Janeiro, pretendia iniciar uma reação armada contra o "Fico". A sua ação enérgica, fazendo-a embarcar, imediatamente, de volta a Portugal (16 Fev 822), evitou que a capital fosse bombardeada e propiciou o rompimento do *status quo* colonial.

Em 27 Jun 822, doente, entregou a pasta da Guerra ao primeiro brasileiro nato, o Brigadeiro Luiz Pereira de Nóbrega de Souza Coutinho, filho da Vila de Angra dos Reis e Ajudante-General do Exército. Veio a falecer em 27 Jun 835, depois de ocupar o mesmo Ministério, por uma segunda vez, de 24 Jun 828 a 5 Ago 829, cabendo-lhe, então, o desejo de entregá-lo ao primeiro Ministro da Guerra brasileiro civil, Deputado José Clemente Pereira, que o exerceu até 5 Dez 829.

Patriota entusiasta, o Brigadeiro Nóbrega Coutinho foi um dos mais ativos mentores do "Fico" e o agente do resolutivo decreto de 1º Ago 822, que "declarava inimiga toda tropa que Portugal enviasse ao Brasil, sem prévio consentimento do Príncipe-Regente". A sua gestão atravessou, sem maiores óbices, grandes datas nacionais, como o Grito do Ipiranga e a coroação de D. Pedro I, Imperador do Brasil. Por suas tendências republicanas, deixou o Ministério da Guerra, em 28 Out 822 e viu-se

DECRETO.

banido para a França, de onde regressaria à Pátria, reabilitado, em 1824. Faleceu em 21 Dez 826, tendo antes sido Deputado e Presidente da Assembléia Legislativa. É um dos vultos mais distintos da Independência e soldado de inestimável valor, embora, injustamente, pouco citado na nossa História.

Ademais, apenas através do Decreto de 1º de dezembro de 1824, foi lavrada a certidão de nascimento do Exército Brasileiro, ao fixar os fundamentos jurídicos indispensáveis à sua existência como instituição militar nacional e permanente. Vale dizer: após a Independência. Era Ministro da Guerra o Barão de Lages.

O *fac-simile* da Figura 1 contém o teor do importantíssimo documento que criou o Exército Brasileiro legal e estabeleceu a organização original de uma força terrestre com comando centralizado, isto é, livre de conotações provinciais:

Acompanhava essa verdadeira "célula-mater" do nosso Exército uma relação das Unidades das três Armas existentes (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) numeradas seguidamente, federalizadas e padronizadas: Batalhões, Regimentos e Corpos, respectivamente.

Nos tempos coloniais, não havia um exército nacional, homogêneo, com unidade de comando, como o entendemos nos dias atuais. Ao contrário, as forças terrestres eram locais, quase privadas, com atribuições

SENDO muito conveniente que os Corpos do Exército tomem huma Organização tão regular em sua força, e numeração, quanto as circunstancias permitem: Hei por bem que, provisoriamente, tenha execução a Tabella, que com este baixa, assignada por João Vieira de Carvalho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar. Paço em o 1.º de Dezembro de mil oitocentos e vinte quatro, Terceiro da Independencia, e do Imperio.

Com a Rubrica de SUA MAGESTADE IMPERIAL.

João Vieira de Carvalho.

Cumpra-se, e registre-se, e o Secretario de Guerra remetta Exemplares a todos os Presidentes, e Governadores das Armas. Rio de Janeiro dous de Maio de mil oitocentos e vinte cinco. — *Portelli.* — *Moniz Barreto.*

Fig. 1 — *Fac-simile* da primeira folha do Decreto de 1º de dezembro de 1824, que criou o Exército Brasileiro, valendo como sua autêntica Certidão de Nascimento. Documento valiosíssimo, tem seus originais arquivados no Arquivo Nacional — RJ.

policiais e sob controle pessoal do Comandante-das-Armas das capitancias que acumulavam esse cargo com a chefia do poder público da área.

Com a aplicação do Decreto de 1º Dez 824, essa missão foi transferida para as Forças Públicas (atuais Polícias Militares) das recém-criadas províncias — constituídas na medida das necessidades — e as tropas terrestres passaram a ser subordinadas diretamente ao Ministro da guerra. Nascia legalmente o Exército, coluna basilar de sustentação da sociedade brasileira e fiador incansável do seu território nacional.

Notas do Autor

1. Note-se que não existia um Ministro dedicado exclusivamente à pasta da Guerra, o que ocorreu apenas na regência de D. Pedro (Marechal-de-Campo Carlos Frederico de Caula: 22 Abr 821/3 Out 821). Inexistia, também, o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, que foi estabelecido, por decreto, em 20 Jul 847, já no Segundo Reinado.
2. Apesar da legislação monopolística em vigor, proibindo a instalação de quaisquer manufaturas, no Brasil (Alvará de 5 jan 785), o crescimento econômico da Colônia não podia ser sopesado, depois do inesperado e providencial deslocamento forçado da família Real e seu numeroso séquito, constituído da elite dirigente lusa, da aristocracia, de militares e da criadagem, cerca de 15.000 pessoas. Eram, ao todo, 16 belonaves e mais de 40 naus mercantes, a maioria inglesas.
3. Não se fixam ordem, nem cerimoniais para o embarque da Corte. O Regente e o Infante de Espanha chegam à galeota desacompanhados e desprotegidos e não encontram quem os receba oficialmente. A seguir, embarca D. Carlota Joaquina, filhas, damas e D. Miguel (5 anos de idade). "Novas cenas talvez mais pungentes, sucedem neste momento; porquanto a rainha doente recusa embarcar. Grita, chora, considera-se roubada, arrastada ao suplício, levada ao patíbulo. Com muita dificuldade é conduzida à nau, enquanto D. João diz adeuses ao povo que

se apinha no cais de Belém saudando entre lágrimas o Soberano que parte" (Galanti).

No dia seguinte 2.000 franceses entram em Lisboa, sem encontrar obstáculo. É lícito deduzir que Junot aguardou a fuga da Família Imperial — organizada por Lord Strangford, embaixador da Inglaterra — para assumir o governo sem problemas de ordem institucional, ocupando, simplesmente, o espaço deixado vazio pela maior autoridade do país. Manter prisioneira a Família Real era inconveniente para a França, pois ela passaria a simbolizar a resistência do povo português, que se sentiu desamparado e desmotivado para a luta, como aconteceu na vizinha Espanha. O seu retorno a Lisboa foi a causa aguda da independência do Brasil.

Vejamos, cronologicamente, os principais eventos históricos ocorridos no conturbado primeiro quartel do século XIX:

- 22 Out 807 — Convênio secreto entre Londres e Lisboa dispõe sobre a transladação temporária da sede da monarquia portuguesa, para o Rio de Janeiro.
- 27 Out 807 — Tratado de Fontainebleau, entre a França e a Espanha, extingue a autonomia política de Portugal, dividindo-o entre ambas.
- 29 Nov 808 — Partida, do rio Tejo, da família Real portuguesa, em direção à sua colônia americana, acompanhada do embaixador inglês.

- 30 Nov 807 - Entrada do general Junot, em Lisboa. A cidade é ocupada, sem luta, pelos franceses.
- 22 Jan 808 - Chegada da esquadra à Bahia, após exaustiva travessia, batida por um temporal, que dispersou alguns navios.
- 28 Jan 808 - Abertura dos portos do Brasil ao comércio com todas as nações amigas. A Inglaterra é a mais beneficiada com a medida, prevista no acordo sigiloso de 1807.
- 08 Mar 808 - Apartada das rafzes, a Família Real desembarca no Rio de Janeiro, em meio a grande entusiasmo popular.
- 01 Mai 808 - Declaração de guerra à França, seguida da invasão da Guiana Francesa. Fiel às suas origens e sob pressão da influente aliada, o Prncipe-Regente amplia os compromissos assumidos.
- 19 Fev 810 - Tratados comerciais com a Inglaterra garantem posição preferencial para as mercadorias inglesas, ou importadas em navios da mesma nacionalidade, em condições melhores que as próprias mercadorias portuguesas.
- 17 Jul 811 - Intervenção militar na Banda Oriental, resultante do estado de guerra existente entre Portugal e Espanha.
- 06 Abr 814 - Capitulação de Napoleão I. Portugal recupera sua independência.
- 1814/15 - Congresso de Viena. O sistema colonial vigente, em decomposição, tenta sobreviver depois do vendaval napoleônico.
- 16 Dez 815 - O Brasil é elevado à categoria de "Reino Unido a Portugal e Algarves". As antigas Capitais são denominadas Províncias.
- 1816/20 - Nova intervenção na Banda Oriental. Somente em 1820, as tropas portuguesas conseguem derrotar os uruguaios de D. José Artigas.
- 20 Mar 816 - Falecimento de D. Maria I, abrindo claro, na sucessão dinástica, para seu herdeiro, o Prncipe D. João.
- 06 Mar 817 - Revolução republicana em Pernambuco, que é sufocada com grande violência. A idéia revolucionária persiste até 1824, quando é

- constituída a "Confederação do Equador", igualmente reprimida.
- 06 Fev 818 - Aclamação de D. João VI, Rei de Portugal, Brasil e Algarves.
- 24 Ago 820 - Revolução do Porto. Deposição do interventor britânico e experiência de recolonização, através de decisões que buscam fortalecer a Metrópole.
- 20 Abr 821 - Assembléia popular para eleger os Deputados do Rio de Janeiro. Após tumulto generalizado, é coibida, brutalmente, pela guarnição militar da Corte.
- 22 Abr 821 - D. Pedro é feito Príncipe-Regente do Brasil.
- 26 Abr 821 - Regresso da família Real. O cortejo é composto pela quase totalidade dos fidalgos lusitanos e seus agregados, ainda restantes, no país - mais de 4.000 retirantes - que lotam os conveses e câmarotes. Os porões estão repletos dos tesouros acumulados, no Brasil.
- 31 Jul 821 - Portugal anexa, finalmente, a Banda Oriental, com o nome de Província Cisplatina. É a 19ª
- província, pois não existem, ainda, as do Paraná e do Amazonas.
- 05 Out 821 - Por intermédio da Convenção de Beberibe, assinada após duros combates e a capitulação dos lusitanos, Pernambuco - que já dera o primeiro brado de República, com Bernardo Vieira de Melo (10 Nov 710) - liberta-se de Portugal e elege governo independente, um ano antes do Grito do Ipiranga.
- 09 Jan 822 - O "Fico". O Brasil inicia o processo da independência e declara, unilateralmente, a sua soberania.
- 16 Jan 822 - Posse do primeiro Conselho de Ministros, totalmente libertado dos interesses lusitanos.
- 24 Mar 822 - O governo brasileiro proíbe que forças portuguesas, surtas ao porto, desembarquem na cidade do Rio de Janeiro, determinando o seu imediato retorno à Europa.
- 03 Jun 822 - O Príncipe-Regente D. Pedro convoca a Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa, destinada a elaborar o primeiro texto constitucional brasileiro, pois, ao

integrar o Reino Unido, o Brasil, na verdade, submetia-se ao ordenamento jurídico português.

07 Set 822 - A Independência. São cortados definitivamente os laços de subordinação a Portugal, que deixa, como legado, a receita de 2.400 contos de réis anuais, contra a despesa de 5.600 e uma significativa dívida externa, particularmente aos bancos ingleses.

12 Out 822 - Aclamação de D. Pedro I, Imperador do Brasil.

1823/25 - Guerra da Independência. As propriedades dos portugueses recalcitrantes são apreendidas, é proibido o comércio com Portugal e permitida guerra de curso contra esse país.

12 Nov 823 - D. Pedro I, Imperador do Brasil, dissolve a Assembléia Constituinte, sem que esta chegasse a votar a Constituição. Segue-se a prisão de alguns de seus membros e a deportação de outros, incluindo os Andradas.

25 Mar 824 - O Monarca jura a primeira Constituição brasileira - ou-

torgada por ele próprio - oriunda de um projeto redigido, em menos de um mês, por um Conselho de Estado composto por 10 cidadãos notáveis, também nomeados por ele. A Carta confere ao Imperador, além do Poder Executivo, o exercício do Poder Moderador, inovação que o investe de autoridade para interferir nos demais poderes constituídos: O Legislativo e o Judiciário.

02 Jul 824 - É organizada em Pernambuco a Confederação do Equador, por força de revolução republicana que dá continuidade à idéia semeada em 1817. É prontamente debelada, sendo Frei Caneca fuzilado em 13 Jan 825.

29 Ago 825 - Portugal reconhece a autonomia brasileira, graças à intervenção da Inglaterra e mediante certas condições, entre as quais uma indenização de dois milhões de libras esterlinas.

BIBLIOGRAFIA

- BÉLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*, São Paulo 1964.
DOCUMENTOS ORIGINAIS (Decretos, Alvarás, Portarias, Ordens-dor-

- Dia, etc) existentes no Centro de Documentação do Exército, no Arquivo do Exército e no Arquivo Nacional.
- LIMA, Flamarion Barreto, Gen *Evolução Política do Império*, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1969.
- MAGALHÃES, João Batista de, Cel *A Evolução Militar do Brasil*. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1960.
- MONTEIRO, Jônatas do Rêgo, Cel *O Exército Brasileiro*. Biblioteca Militar, Rio de Janeiro, 1939.
- SENA, Davis Ribeiro de. *A Legião de Tropas Ligeiras: Do Vice-Reinado aos Nossos Dias*, in *Revista Militar Brasileira*, Abr/Jun 1978.
- TORRES, Teodorico Lopes e Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil*, Editora Pongetti, Rio de Janeiro, 1947.
- SILVA, Alfredo Pretexato Maciel da, Cap *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889*, Biblioteca Militar, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1940.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *História Geral do Brasil*, Edições Melhoramentos, 8ª Edição, São Paulo, 1975.
- VASCONCELOS, Barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Imprimiere La Concorde, Lausanne (Suíça), 1918.
- VIANNA, Hélio, Prof. *História do Brasil*, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1961.



O Cel Cav R/1 Davis Ribeiro de Sena tem os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No campo civil, tem os cursos de Administração de Empresas (Bacharel), de Organização e Métodos, de Administração de Pessoal e o Curso de Introdução a Computadores para Executivos. Entre as comissões militares desempenhadas destacam-se: Chefe da 3ª Seção da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (Santa Maria, RS), Chefe da Divisão Cultural e Histórica do Centro de Documentação do Exército (Brasília, DF), Chefe da 4ª Seção da Inspetoria Geral das Polícias Militares (Brasília, DF) e Comandante do 17º Regimento de Cavalaria (Amambaí, MS).

TRANQUILIDADE

É O QUE VOCÊ
CONQUISTA QUANDO
SÊ ASSOCIA AO GBOEX.

